

# O ARQUIVO UNIVERSITÁRIO E A MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE

Franciele Simon Carpes\*  
Daniel Flores\*\*

## RESUMO

Os arquivos das universidades têm sob sua guarda documentos essenciais criados no decorrer das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esses documentos são testemunho da memória da instituição, podendo ser fonte de pesquisa para alunos, professores, historiadores, pesquisadores, entre outros. Neste sentido, o arquivo universitário é custodiador da memória institucional. Este artigo procura fazer uma reflexão sobre os arquivos das universidades brasileiras e a sua função na de preservação do patrimônio documental e promoção da memória da instituição. Neste sentido, buscou-se revisar os principais autores que discutem sobre o tema, bem como as ações atuais em prol dos arquivos das universidades.

**Palavras-chave:** Arquivo universitário. Memória. Patrimônio documental.

\* Mestre em Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Arquivista da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.  
E-mail: fran\_carpes@yahoo.com.br.

\*\* Doutor em Metodologías y Líneas de Investigación en Biblioteconomía y Documentación pela Universidad de Salamanca, Espanha. Professor Adjunto do Departamento de Documentação da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.  
E-mail: dfloresbr@gmail.com.

## I INTRODUÇÃO

O conceito de arquivo e o conceito de memória possuem uma relação intrínseca. A associação entre arquivos e memória é recorrente no pensamento e nas práticas arquivísticas. Ainda assim, somente a partir da década de noventa que os arquivos universitários começaram a ser objeto de estudo na arquivística, e compreendidos como custodiadores da memória institucional. Os arquivos das universidades têm sob sua guarda documentos essenciais criados no decorrer das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esses documentos são testemunho da memória da instituição, podendo ser fonte de pesquisa para alunos, professores, historiadores, pesquisadores, entre outros. Neste sentido, o arquivo universitário é um custodiador da memória institucional, pois preserva o patrimônio documental da universidade.

No que se refere ao termo “custódia”, cabe destacar os vários estudos realizados, atualmente, que defendem uma arquivologia “pós-custodial”, ou seja, o arquivo deve transcender ao seu

papel de “tutela” do acervo tendo como foco principal as necessidades do usuário, pois já não é necessária a custódia física dos documentos (principalmente digitais) para geri-los.

A memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. Mas a memória institucional raramente tem sido percebida e compreendida como informação estratégica dotada de real valor decisório para as atividades da gestão universitária. Neste sentido, a comunidade universitária precisa buscar alternativas para preservar a memória institucional, bem como utilizá-la nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, muitas reflexões têm sido feitas sobre o patrimônio cultural e a memória. O tema dos arquivos universitários, também vem sendo estudado na arquivologia nacional. Essa preocupação se deve a importância dos arquivos universitários para o acesso à informação em domínios administrativos, históricos e científicos nas instituições de ensino superiores públicas e ou privadas. Porém, poucos são os estudos sobre associação do arquivo universitário e a memória institucional. Neste sentido, este artigo

procura fazer uma reflexão sobre os arquivos das universidades brasileiras e a sua função na de preservação do patrimônio documental e promoção da memória da instituição.

## 2 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: um componente do patrimônio cultural

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO entende como Patrimônio Cultural de um povo as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas popularmente e o conjunto de valores que dão sentido a vida. Ou seja, são as obras materiais e imateriais que expressão a criatividade do povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e os monumentos históricos, a literatura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1982). Batalla (2004, p.2) reflete sobre a constituição do Patrimônio Cultural pela sociedade:

[...] toda sociedad va acumulando un acervo de elementos culturales (bienes materiales, ideas, experiencias, etc.) que ha hecho suyos a la largo de su historia (porque los creó o porque los adoptó), algunos de los cuales mantienen plena vigencia como recursos para practicar o reproducir su vida social, en tanto que otros han perdido su vigencia original y han pasado a formar parte de su historia, o se han perdido u olvidado para siempre.

Neste sentido, no que se refere à composição de um patrimônio, Micoud (2005 apud CAVALCANTE, 2007), infere que para formá-lo deve-se passar, necessariamente, por um processo de “patrimonialização”. Isso quer dizer que para que um bem seja considerado patrimônio deve-se observar critérios históricos, sociais, culturais, éticos, econômicos ou do direito, que garantam um valor representativo de um grupamento humano e de sua memória coletiva, cuja salva-guarda, ainda que simbólica, favoreça a preservação e o acesso a gerações futuras. O valor de patrimônio para um elemento cultural se estabelece por sua relevância em termos de escala de valores para a cultura a que pertence; em função da importância para a

memória coletiva e integração e continuidade da cultura presente (BATALLA, 2004). Dessa forma, quando se fala em patrimônio cultural de um povo, não se refere a todo acervo de elementos culturais de uma determinada sociedade, mas sim aos que realmente são considerados pela sociedade como seus, que a identificam e ajudam a comprovar suas ações, aspirações e projetos.

Jardim (1995, p.3) foi a partir do século XIX que foram desenvolvidas concepções de memória e inventam-se tradições para uma “nação” que reserve um passado comum a todos os seus integrantes. Para o autor a “[...]” noção de patrimônio histórico/cultural insere-se neste processo pelo qual o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio comum e uma identidade própria [...]”.

Nas últimas décadas, observa-se a preocupação em nível internacional com a proteção do Patrimônio Cultural, sendo que a UNESCO tem ação decisiva neste contexto. As convenções e recomendações aprovadas pela UNESCO vêm a enriquecer o direito internacional da cultura e os direitos internos com a elaboração de leis próprias no sentido dado ao Patrimônio Cultural (BELTRÃO, 2002). No cenário nacional, a preocupação com Patrimônio Cultural se deu a parti da promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituiu o tombamento.

A Constituição Federal de 1988 também teve papel decisivo para a preservação do Patrimônio do país, pois trouxe os “conceitos internacionais de patrimônio cultural, ampliando o leque de bens passíveis de proteção, incluindo a proteção sobre os bens imateriais, de natureza intangível” (BELTRÃO, 2002, p. 4). No seu artigo nº 216 tem-se a identificação dos bens culturais do país:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações

artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nota-se que os documentos/arquivos são claramente citados como integrantes do Patrimônio Cultural, tanto na definição da UNESCO, como na definição da nossa Constituição. Cabe destacar que os arquivos são considerados parte do Patrimônio Cultural porque são compostos pelo “Patrimônio Documental”. Neste sentido, o Patrimônio Documental é, segundo a UNESCO, o conjunto de documentos conservados ou reunidos no exercício de sua função por qualquer organismo ou entidade de caráter público, privado, religioso, particular, que fomentem parte da memória da nação.

Para os propósitos do Programa Memória do Mundo, a definição de Patrimônio Documental compreende os seguintes elementos: móveis; feitos de símbolos/códigos, sons e/ou imagens; preserváveis (os suportes são elementos inertes); reproduzíveis e transladáveis; fruto de um processo de documentação deliberado. Um item do patrimônio documental pode ser um único documento de qualquer tipo. Ou um grupo de documentos, tais como uma coleção, um acervo ou fundos arquivísticos.

Neste sentido, os documentos considerados patrimônio documental são, portanto, os que possuem valor secundário ou permanente. O valor secundário é o “[...] valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.171-172). O valor permanente é o “[...] valor probatório ou valor informativo que justifica a guarda permanente de um documento em um arquivo. Também chamado valor arquivístico ou valor histórico [...]”. Bellotto (2006, p.118) define como documentos de valor secundário, portanto, conserváveis:

1. Os que continuam a preservar o valor administrativo, jurídico, financeiro para a administração de origem ou para outras administrações, depois de ter perdido o seu valor primário para as operações correntes. 2. Os que podem ter valor para a proteção dos direitos

cívicos, jurídicos e de propriedade de certos cidadãos ou de toda a população; trata-se de um valor ligado aos direitos individuais. 3. Os que possuem valor de testemunho ou de “documentação funcional”, isto é, refletem a evolução histórica da administração de origem, dos poderes e funções que lhes são atribuídos por lei e pelos regulamentos, de sua estrutura, de seus programas, de sua política, de seus métodos, de suas decisões e de suas operações mais importantes. 4. Os que tenham valor de informação, isto é, que apótem uma contribuição importante para a pesquisa e para os estudos no domínio do conhecimento, qualquer que seja.

Bellotto (2006, p. 123) cita ainda como exemplos de documentos considerados “históricos” os “atos de criação (leis, decretos, resoluções), os atos constitutivos (estatutos, contratos sociais), e os documentos relativos a direitos patrimoniais (escrituras)”.

Dessa forma, cabe destacar o papel decisivo da função arquivística de avaliação de documentos para a formação do patrimônio documental. Esta relevância do processo de avaliação é destacada por Cook (apud INDOLFO, 2011):

A avaliação supõe uma grande responsabilidade social para os arquivistas. Quando avaliam os documentos, [os arquivistas] estão nada menos que dando forma ao futuro do nosso patrimônio documental. Estão determinando aquilo que o futuro conhecerá do seu passado, que é frequentemente o nosso presente [...].

Ferreira e Moraes (2004, p. 5) afirmam que a compreensão de que “os acervos arquivísticos integram o patrimônio cultural da nação ainda não está difundida na população nem está sendo levada na devida conta pelos próprios órgãos públicos competentes”. Segundo as autoras, este descaso se justifica pela falta de recursos destinados pelo Estado à cultura, que além de ser insuficiente, deixa o patrimônio arquivístico fora das prioridades diante da urgência de tratar do patrimônio arquitetônico e artístico.

Outro aspecto a ser observado é a mudança desencadeada pela tecnologia. Atualmente, vêm sendo realizados estudos com relação ao chamado “patrimônio digital”. Dodebei (2011)

cita como exemplos de patrimônio digital os museus virtuais, as bibliotecas digitais e os documentos eletrônicos de arquivo. Segundo a autora a passagem acelerada do patrimônio cultural para o território do ciberespaço implicou a mudança das mídias tradicionais para mídias digitais, o que resultou numa convergência que passa a ser a do objeto informacional. Neste sentido, a análise deixa de se concentrar no suporte e passa a ser focada de forma mais acentuada na informação que o objeto contém.

### 3 ARQUIVO E MEMÓRIA

O conceito de memória ainda é muito discutido, e vêm se modificando no decorrer da história da humanidade. Na perspectiva de Halbwachs (2006) a memória pode ser entendida como sistemas estáticos e coerentes de acepções e valores que permitem manter e solidificar laços existentes entre os membros de um grupo, material e mentalmente identificado no espaço e no tempo.

Para Lowenthal (1989 apud JARDIM, 1995, p.194), a memória, ao contrário da história, não é um conhecimento intencionalmente produzido, é subjetiva e, como tal, um guia para o passado, transmissor de experiência. Sua primeira função “[...] não é preservar o passado, mas adaptá-lo, enriquecendo e manejando o presente [...]”. A memória é, por conseguinte, processo e leitura do passado no presente.

Halbwachs (2006) considera que a memória no seu sentido tanto individual quanto coletivo, está relacionada às lembranças dos indivíduos. No entendimento deste autor, a memória não é um fenômeno de interiorização individual, mas sim uma construção social e um fenômeno coletivo, dessa forma sendo modelada pelos próprios grupos sociais. Na mesma perspectiva, ele observa que as lembranças ou informações traduzem-se em representações ou símbolos cuja expressão material visualizasse no nosso patrimônio cultural: monumentos, edificações arquitetônicas, documentos, fotografias, etc. Também concebemos a expressão não-material desse patrimônio, pelo qual podemos recuperar e preservar nossa memória, pois se trata de valores e significados, costumes, tradições, manifestos por outras formas de linguagem, como, por exemplo, a dos relatos orais (SANTOS et al. 2010).

No entendimento de Rezende (2007, p.6), várias áreas do conhecimento têm uma visão clara de que tanto a memória como a identidade são processos de construção, realizados continuamente pelos mais variados por grupos, em permanente transformação. Neste sentido, a discussão é “[...] como preservar bens culturais (materiais e imateriais) sem torná-los expressões congeladas, vinculadas a um único discurso identitário [...]”.

Os arquivos são, portanto, parte significativa da construção da memória. Para Robert apud Jardim (1995) os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de uma memória registrada. Pierre Nora (1993) também apresenta o arquivo como “lugar da memória”, ao afirmar o saber e a memória nacional estão preservados nos museus, nos livros, nas obras de arte, nos monumentos e nos arquivos.

Para Bellotto (2006) a memória é constituída pela matéria documental em estado bruto que precisa ser trabalhada pelo historiador. Portanto, para a autora, no campo da documentação, a memória chega a ser uma abstração, gerada por elementos concretos que na verdade, constituem-se em dados a serem trabalhados. Dessa forma, o documento em si não é memória, mas é o elemento que permite a sua constituição. Evidencia-se, assim, que o arquivo é um local significativo para a construção da memória.

Neste mesmo sentido, Dodebei (2011, p.7), no seu artigo sobre o novo significado de documento para a memória social, infere que o documento não pode representar, ao mesmo tempo, a memória instituída e a memória em criação. Para a autora os “conceitos de documento apresentados pelos vários campos do saber não eram adequados à preservação memória social”. Dessa forma, o conceito de documento para memória deve ser construído a partir da unicidade, da virtualidade e da significação. O conceito de unicidade já é consenso entre a comunidade arquivística. O termo unicidade significa que a informação contida no documento não será encontrada em outras fontes documentais de forma tão completa e utilizável (SCHELLENBERG, 2006).

Segundo Dodebei (2011, p.7,8), “[...] os documentos que são os objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência, ou seja, não se agrupam em categorias específicas [...]”, como acontece com os livros para bibliotecas e as peças para museus. Já a virtualidade se refere à “[...] atribuição de predicáveis ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva, o que proporcionará, arbitrariamente, uma classificação desse objeto [...]”. A significação é a transformação intencional dos objetos do cotidiano em documentos. Portanto, para a autora o conceito de documento como “suporte material da informação” precisa ser revisto, porque não abrange o seu sentido e seu significado, mas apenas a sua forma e seu potencial informativo.

No entendimento de Jardim (1995) a noção de arquivo permanente traz em sua essência a perspectiva de que expressa um tipo de memória materializada, e não o conceito de um processo de construção social. Considerando que no processo de avaliação documental “seleciona-se” os documentos considerados históricos, a crítica do autor desperta para reflexões de que se faz necessário que:

[...] a arquivologia debruce-se sobre o tema da memória de modo a favorecer uma revisão dos aspectos teóricos e metodológicos da avaliação e seleção de documentos. Parece urgente, no mínimo, operar com uma noção/conceito de memória que privilegie os seus aspectos como construção social, e não como dado arqueologizável [...]. (JARDIM, 1995, p.8)

O autor ainda observa que os arquivos permanentes têm sua guarda justificada em dois aspectos: “De um lado, em função do uso desses documentos para a pesquisa científica e, de outro, como fator de testemunho das ações do Estado e garantia de direitos dos cidadãos” (1995, p.3).

### 3.1 O arquivo universitário e a memória da universidade

Um arquivo universitário é formado pela acumulação dos documentos gerados e/

ou reunidos por instituições universitárias, públicas ou privadas, durante o seu ciclo de vida (BOSO; SOUZA; CISNE, 2007). Segundo Bellotto (1989 apud OHIRA et al., 2004), resultam da acumulação de documentos gerados/reunidos por instituições públicas ou privadas no exercício das funções que comprovam sua existência, e são conservados enquanto vigentes, por razões administrativas e/ou jurídico-legais e podem constituir elemento documental dentro dos arquivos permanentes, conhecidos como históricos.

A função da universidade é cumprir seu papel de ensino, pesquisa e extensão. Para que a universidade possa cumprir essas funções torna-se necessário que se utilize de informações atualizadas e pertinentes, sejam elas ligadas às suas atividades-fim ou atividade-meio (BELLOTTO, 1992). Zurita (2009, p. 3) destaca o papel das universidades na formação do patrimônio documental “[...] a modo de registrar su memoria e identidad, para lograrlo se hace necesario la implantación de un sistema que contribuya a la formación y conservación de su patrimonio documental [...]”.

Neste sentido, a gestão de documentos é indispensável para que arquivos universitários possam colaborar no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão dessas instituições. As universidades devem implantar seus programas de gestão de documentos a fim de sistematizar os procedimentos administrativos para que se alcance o controle da produção documental, sua utilização e sua destinação final (BELLOTTO, 1992). Na concepção de Zurita (2009, p.3):

[...] se observa que hay una retroalimentación entre la Universidad (administración) y el Archivo (gestión del Archivo), con lo que se produce el tan ansiado beneficio traducido en eficiencia y eficacia al contar con una buena organización de sus documentos. Estos beneficios se trasladan en el ahorro que se hace de tiempo y recursos para la Universidad, y en la satisfacción de sus usuarios internos (docentes, personal administrativo, alumnos) y en sus futuros usuarios externos (investigadores y comunidad en general).

Para Boso; Souza; Cisne (2007, p.127), os arquivos universitários objetivam fornecer

para os pesquisadores informações sobre os procedimentos e decisões do passado da universidade. Por isso, os documentos preservados nos arquivos universitários, ocupam um papel de grande relevância nas instituições, “[...] uma vez que possibilitará a guarda do conhecimento desenvolvido do trabalho intelectual, bem como a preservação histórica do ensino superior [...]”.

As principais funções dos arquivos universitários são apontadas por Bellotto (1992): reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, à história e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade; avaliar e descrever estes documentos, tornando possível seu acesso, de acordo com as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins e; supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, objetivando que nenhum documento de valor permanente seja destruído.

Além de fornecer aos administradores as informações requeridas no menor tempo possível; e fazer as demandas de informação e de pesquisa, requer-se do serviço de arquivos universitários que proponha e coordene a uniformização de métodos de classificação de documentos dentro das unidades universitárias com afinidade de recuperação acelerada dos documentos necessários aos administradores.

Bellotto (1989 apud BOSO; SOUZA; CISNE, 2007) destaca ainda a importância dos arquivos permanentes das universidades, afirmando que eles possibilitam eficiência administrativo-acadêmica, informam sobre os procedimentos passados de ensino e de pesquisa; guardam direitos e deveres de professores, alunos e funcionários durante seu tempo de permanência na universidade e mesmo depois dele; finalmente, fornecem dados de toda ordem como “grande capital de experiência” para continuidade institucional da universidade.

O “[...] sistema de arquivos em cada universidade deve e pode criar condições de otimização das atividades-fins de ensino, pesquisa e extensão, assim como das próprias atividades da administração [...]” (BELLOTTO, 1992, p.20). A gestão de documentos arquivísticos numa universidade pode ser compreendida como um processo técnico-administrativo que envolve políticas, regras e

procedimentos que determinam como e de que forma os documentos devem ser produzidos, tramitados, acessados, arquivados e preservados pelos órgãos acadêmicos e administrativos no cumprimento de suas atribuições, para servirem como testemunho de suas ações, e para uso da sociedade e dos cidadãos no exercício de seus direitos (MARTINS, 2006).

Bellotto (1992) destaca que os objetivos de uma política arquivística para as universidades devem contemplar a vertente administrativa e a do patrimônio documental; este por sua vez incluindo a memória institucional, a regional e a científica. Na vertente administrativa os objetivos da política para os arquivos universitários são, principalmente, a preservação dos direitos relativos aos servidores, alunos e professores; o estabelecimento de um sistema de fluxo documental durante todo o ciclo vital; a promoção da transparência administrativa; e o acesso às informações que sirvam para diagnosticar e resolver os problemas acadêmicos. Quanto à vertente do patrimônio documental, os objetivos são, essencialmente, reunir e preservar os arquivos da universidade considerados de valor permanente; regulamentar e apoiar os arquivos de valor histórico depositados sob sua custódia; disseminar as informações por meio de instrumentos de pesquisa.

O tema “arquivos universitários” vem sendo estudado e debatido por parte da comunidade arquivística. Ainda assim, há pouca literatura especializada sobre a área no país. Os arquivos universitários estão em processo de desenvolvimento, buscando suas bases conceituais e sustentação teórica (BOSO; SOUZA; CISNE, 2007, p. 124). Com relação aos estudos sobre arquivos universitários, Gutiérrez Muñoz (1994, p.11) observa:

[...] En una rápida revisión se aprecia con satisfacción que ahora hay más congresos, seminarios, cursos y disertaciones; comisiones o grupos de trabajo en los países, en las regiones y en el mundo; manuales y bibliografía – incluyendo las alertas difusoras –; textos y documentos por acatar y cumplir, más por conveniencia y necesidad que por imperio [...].

No Conselho Internacional de Arquivos - CIA - existe, desde 1992, a Seção de Arquivos Universitários e de Instituições de investigação

(GUTIÉRREZ MUÑOZ, 1994). No Brasil, as primeiras iniciativas de sistematização e de organização de arquivos universitários surgiram na década de 80, quando as universidades começaram a despertar para as questões da organização e do estabelecimento dos arquivos acadêmico-administrativos e dos arquivos técnico-científicos (OHIRA et al., 2004). Contudo, somente em novembro de 1991 aconteceu o primeiro evento direcionado a área, o I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em Campinas, São Paulo. O evento foi promovido pela Coordenadoria do Sistema de Arquivos da UNICAMP. Segundo Bottino (1995, p. 64 apud BOSO et al, 2007), “[...] este seminário pode ser considerado um marco na história dos arquivos universitários em nosso país, quando estes passam a ser vistos, como uma área especializada da Arquivologia [...]”.

Outra contribuição importante foi a criação do Comitê de Arquivos Universitários, vinculado à Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, em 1996. Seu objetivo era promover e intensificar estudos, pesquisas e a troca de experiências e conhecimentos, como também, de elaborar o censo dos arquivos universitários brasileiros, no sentido de conhecer a realidade dos acervos universitários (OHIRA et al., 2004).

Segundo Ohira et al. (2004, p.2) a análise dos levantamentos realizados sobre a situação dos arquivos universitários brasileiros “[...] permite aferir que algumas universidades já possuem seus arquivos organizados, sistemas em pleno funcionamento, porém, essas universidades representam ainda uma minoria no cenário nacional [...]”. Na maioria das universidades, os arquivos estão desprovidos de metodologias arquivísticas, sendo armazenados, indiscriminadamente, enquanto outras vezes são eliminados documentos sem critério de avaliação, o que pode acarretar na perda de registros que têm valor permanente.

Moreno (2006) destaca o estudo de Santos (1994) que realizou uma pesquisa em 89 universidades brasileiras ligadas ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, com o objetivo de traçar um diagnóstico preliminar do atual quadro da administração de arquivos nessas universidades. Esta pesquisa apresenta alguns resultados relevantes. Algumas universidades já implantaram setores de

arquivos em suas estruturas organizacionais com as responsabilidades basicamente voltadas para a documentação de cunho administrativo, recebendo denominações que variam entre Arquivo Central, Arquivo Geral ou simplesmente Arquivo e são, geralmente, vinculados às administrações centrais. Mais um aspecto interessante é que nas universidades onde são mantidos órgãos voltados para a administração de documentos, não há sinais de coordenação dos programas arquivísticos ou essa responsabilidade atribuída a um mesmo setor são raras.

A partir dos anos 90, observou-se uma alteração significativa no contexto descrito por Santos na década anterior, em relação aos arquivos universitários. Notam-se iniciativas de algumas universidades brasileiras (como exemplo, a Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, etc.) que fizeram a implantação de sistemas de arquivos para subsidiar a gestão documental e da informação arquivística da instituição (MORENO, 2006). Mas a autora destaca ainda que “embora existam iniciativas já consolidadas e em consolidação, ainda é incipiente a gestão documental nos arquivos das universidades brasileiras” (p. 95).

Como iniciativa atual se pode citar a subcomissão do Ministério da Educação, no Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA). A subcomissão do Ministério da Educação conta com a participação de representantes dos diversos órgãos que o compõem, tais como as Secretarias, Conselhos, os Hospitais Universitários e as Universidades.

No que diz respeito às universidades, vêm sendo realizadas reuniões com vistas a normatizar e, principalmente, desenvolver um Código de Classificação e uma Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior. Com esse objetivo, realizou-se o I Workshop com as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, em setembro de 2006. O tema do evento foi “Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim”. Sendo que participaram do evento 45 técnicos das instituições de ensino, representando 31 instituições, além de 24 técnicos do Arquivo Nacional. Neste evento, usou-se como base a Tabela de Temporalidade

de Documentos da Universidade Federal da Paraíba, a fim de elaborar uma proposta única de código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das IFES. O capítulo de apresentação da versão final dos instrumentos, afirma que durante um período de dois anos, o Arquivo Nacional e a UFPB trocaram questionamentos e sugestões com o propósito de analisar, corrigir, complementar e rever essa versão inicialmente apresentada.

Entre maio de 2007 e junho de 2009, ocorreram seis Reuniões Técnicas de cinco dias cada, sendo cinco na sede do Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, e uma sediada pela UFPB, em João Pessoa. O objetivo destas reuniões eram dar continuidade à elaboração do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das IFES.

Em março de 2010 foi apresentada para a consulta pública a proposta do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior. Conforme o regulamento, poderiam participar desta consulta pública arquivistas, documentaristas, técnicos e especialistas em documentação escolar e atividades acadêmicas e demais profissionais que atuam nos arquivos gerais e setoriais das IFES. As manifestações poderiam ser encaminhadas à coordenação do SIGA no período de 15 de março a 14 de maio de 2010, mas o prazo foi prorrogado até 31 de maio.

Segundo o regulamento, as classes e subdivisões do Código de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, têm suas bases na legislação e normas em vigor, em pesquisas e estudos específicos. Destaca-se ainda que este instrumento significa para as IFES, o complemento ao Código de Classificação e à Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-meio de 2001. A versão final deste instrumento ainda não foi publicada. Estima-se que a sua aprovação se dê até o fim de 2011. A versão final destes instrumentos foi aprovada pela Portaria nº 092 do Arquivo Nacional, em 23 de setembro de 2011.

Outra iniciativa que merece destaque é a promoção do I Encontro de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior - ENARQUIFES. O evento ocorreu em Goiânia, na Universidade Federal de Goiás, entre 30 de setembro e três de outubro de 2009. O encontro apresentou por meio de uma Carta de Resoluções, que ficou conhecida como “Carta de Goiânia”, esclarecimentos e recomendações aos envolvidos com a gestão dos arquivos universitários. O encontro também teve como foco a função do profissional arquivista nas IFES. O II ENARQUIFES foi realizado em João Pessoa - Paraíba, nos dias 27 a 30 de setembro de 2011, com o tema “As Políticas Arquivísticas nas IFES: das práticas a construção de novos rumos”. A Carta de Resoluções deste segundo encontro ainda não foi publicada.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto descrito sobre as atuações nacionais nos arquivos universitários permite observar que as universidades mostram-se preocupadas e dispostas a desenvolver suas políticas arquivísticas segundo as normas vigentes. Com este objetivo as universidades têm buscado de forma conjunta promover eventos, discussões, debates e elaboração de instrumentos de gestão arquivística. O reconhecimento da relevância de uma gestão documental adequada é o primeiro passo para mudar a realidade informacional das instituições, e assegurar a preservação do seu patrimônio documental.

No que diz respeito às políticas arquivísticas das instituições, por meio dos dados coletados, é possível verificar que as universidades consideram importante o desenvolvimento de uma gestão de documentos/informações adequada aos princípios e teorias arquivísticas. Um exemplo prático são os eventos que vêm sendo realizados especificamente para os arquivistas das universidades. No caso dos Arquivos Universitários, a implementação da gestão da informação significa atender as necessidades informacionais de gestores, alunos, professores e pesquisadores. Ressalta-se a riqueza do acervo dessas instituições que resguardam a prova de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio das reflexões realizadas é possível inferir que o arquivo universitário

deve ser um dos principais custodiadores da memória institucional, pois nele está preservado e disponibilizado o patrimônio documental da universidade. Ainda que num contexto moderno se apresente a abordagem “pós-custodial”. Ao

concluir este artigo acredita-se ter contribuído com os estudos sobre o patrimônio documental e os arquivos universitários. Além ser um incentivo para o desenvolvimento de novos trabalhos sobre o tema, que ainda são poucos.

## ARCHIVES UNIVERSITY AND UNIVERSITY OF MEMORY

### Abstract

*The archives of the universities have in their care essential documents created in the course of teaching, research and extension. These documents are witness to the memory of the institution and may be a research resource for students, teachers, historians, researchers, and others. In this sense, the archive is custodian of the university institutional memory. This article aims to reflect on the archives of Brazilian universities and their role in the preservation of documentary heritage and promoting the memory of the institution. In this sense, we sought to review the main authors who discuss the topic as well as current actions on behalf of the university archives.*

**Key-words:** University archives. Memory. Documentary heritage.

---

Artigo recebido em 09/03/2012 e aceito para publicação em 19/08/2013

---

## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BATALLA. G. B. **Pensar nuestra cultura**. In: Diálogos en la acción, primera etapa, 2004. p. 117-134. Disponível em: <<http://trabajaen.conaculta.gob.mx/convoca/anexos/Pensar%20nuestra%20cultura.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Uma política de arquivos para a universidade brasileira**. In: Seminário Nacional de Arquivos Universitários, 1, 1991, Campinas, SP: Unicamp, 1992.
- BELTRÃO, A. R. **Patrimônio cultural: novas fronteiras**. **Prim@ Facie**, João Pessoa, ano 1, n. 1, jul./dez. 2002. Disponível em: <[http://www.cj.ufpb.br/primafacie/prima/artigos/n1/artigo\\_3.pdf](http://www.cj.ufpb.br/primafacie/prima/artigos/n1/artigo_3.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2011.
- BOSO, A. K.; SOUZA, C. A. da R. de; CISNE, C. dos S.; CORADI, J. **Importância do Arquivo Universitário**. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.12, n.1, p. 123-131, jan./jun., 2007. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2009.
- CAVALCANTE, L. E. **Patrimônio Digital e Informação: Política, Cultura e Diversidade**. Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n.23, 1º sem. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/713>>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- DODEBEI, V. **Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?**. DataGramZero, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/abr11/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/abr11/Art_01.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2011.
- ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVISTAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, I., 2009, Goiânia, GO. **Carta de Resoluções...** Goiânia: UFG, 2009. Disponível em: <[http://www.proad.ufg.br/uploads/files/90/CARTA-I\\_ENARQUIFES.pdf](http://www.proad.ufg.br/uploads/files/90/CARTA-I_ENARQUIFES.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2011.

- FERREIRA, L. F. G.; MORAES, L. E. M. **Preservação de acervos arquivísticos e promoção da cultura local.** Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrent/Cultura/Cultura21.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2010.
- GUTIÉRREZ MUNÓZ, César. **El archivo universitario.** Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1994.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.
- INDOLFO, A. C. **As correntes de pensamento sobre a avaliação de documentos: dos clássicos aos pós-modernos.** 2011. 1 diapositivo, color.
- JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/439>>. Acesso em: 10 set. 2010.
- MARTINS, N. O Papel da Informática nos Arquivos Universitários. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, VI, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão: Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo, 2005.
- MORENO, N. A. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias.** 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://dspace.lcc.ufmg.br>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: Projeto História. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.
- OHIRA, M. B., et al. **Gestão de Documentos em Arquivos Universitários: Estudo de Caso no Arquivo Central da FAED-UDESC.** In: Congresso Nacional de Arquivologia, 1., Brasília, 2004. Disponível em: <[http://200.19.105.195/html/novo\\_portal/arquivos/secao/cdoc/FAED\\_Congresso.pdf](http://200.19.105.195/html/novo_portal/arquivos/secao/cdoc/FAED_Congresso.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2009.
- REZENDE, D. S. **Patrimônio documental e construção de identidade em tempos de globalização: a classificação arquivística como garantia da pluralidade de memórias.** Disponível em: <<http://www.asocarchi.cl/DOCS/61.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010.
- SANTOS, et. al. **A importância das tecnologias da informação na preservação da memória: a contribuição do profissional da informação.** 2010. Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/153/90>>. Acesso em: 10 set. 2010.
- SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- UNESCO. **Declaração do México sobre as políticas culturais.** México, 1982. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- ZURITA, O. N. **Influencia de la gestión administrativa en un Archivo Universitario.** In: Congreso de Archivología del MERCOSUR, VIII, 2009, Montevideo. Disponível em: <<http://www.fder.edu.uy/contenido/archivohistorico/ponencias/ar-zurita.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2010.